



**TERCEIRO RESULTADO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**  
**Nº001/2025/PMCO/TO**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2026/PMCO/TO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº8785/2025/PMCO/TO**

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, instituída através da Portaria nº074 de 14 de janeiro de 2026, torna público o Resultado do Chamamento Público nº001/2026/PMCO/TO, cujo objeto é o Credenciamento de empresa especializada em SST para elaboração de PCMSO, PGR, LTCAT, laudos de insalubridade e periculosidade, PPP, ASO com médico especialista, e realização de visita técnica de levantamento de riscos ocupacionais, conforme exigências do eSocial dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde. O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS - SESI/DR-TO - Nome de Fantasia: SESI, inscrita no CNPJ Nº03.777.433/0001-46, protocolou junto a Secretaria Adjunta de Licitação, envelope contendo o requerimento de credenciamento juntamente com os documentos de habilitação, cujos documentos foram analisados pela comissão de contratação, a qual considerou o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, HABILITADO, em conformidade com as exigências constantes no edital Chamamento Público nº001/2026/PMCO/TO. O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS - SESI/DR-TO, estar apto a se credenciar nos seguintes serviços:

Item	Descrição/Especificação	Preço Unitário a ser praticado durante a vigência do Credenciamento
1	<b>Perícia Médica com Laudos. Médico responsável deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b> O profissional médico deverá manter disponibilidade presencial para atendimento aos servidores de segunda a sexta-feira, durante o período matutino (das 07h15 às 11h15) ou período vespertino (das 13h15 às 17h15), conforme escala definida pelo Setor de Recursos Humanos.	R\$ 177,80
2	<b>Atestados de Saúde Ocupacional (ASO):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>•Admissional;</li><li>•Demissional;</li><li>•Periódico;</li><li>•De retorno ao trabalho;</li><li>•De mudança de função.</li></ul> O profissional médico deverá manter disponibilidade presencial para atendimento aos servidores de segunda a sexta-feira, durante o período matutino (das 07h15 às 11h15) ou período vespertino (das 13h15 às 17h15), conforme escala definida pelo Setor de Recursos Humanos; <b>Médico Responsável deverá possuir - RQE, em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b>	R\$ 49,80
3	<b>Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR-07)</b> , com vigência anual, contendo planejamento, cronograma e relatórios de acompanhamento. O PCMSO tem vigência anual e deve ser revisado e atualizado sempre que: <ul style="list-style-type: none"><li>- Houver alteração nos riscos ocupacionais;</li><li>- Mudança de processos, layout ou atividades;</li><li>- Ocorrerem agravos à saúde relacionados ao trabalho;</li><li>- Encerramento do ciclo anual</li></ul> <b>Médico responsável deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b> <b>(Para servidores da Prefeitura Municipal)</b>	R\$ 2.108,48
4	<b>Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR-07)</b> , com vigência anual, contendo planejamento, cronograma e relatórios de acompanhamento. O PCMSO tem vigência anual e deve ser revisado e atualizado sempre que: <ul style="list-style-type: none"><li>- Houver alteração nos riscos ocupacionais;</li><li>- Mudança de processos, layout ou atividades;</li><li>- Ocorrerem agravos à saúde relacionados ao trabalho;</li><li>- Encerramento do ciclo anual</li></ul> <b>Médico responsável deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b> <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Assistência Social)</b>	R\$ 1.733,48



5	<p><b>Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR-07)</b>, com vigência anual, contendo planejamento, cronograma e relatórios de acompanhamento. O PCMSO tem vigência anual e deve ser revisado e atualizado sempre que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Houver alteração nos riscos ocupacionais;</li><li>- Mudança de processos, layout ou atividades;</li><li>- Ocorrerem agravos à saúde relacionados ao trabalho;</li><li>- Encerramento do ciclo anual</li></ul> <p><b>Médico responsável deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b></p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Educação)</b></p>	R\$ 1.858,48
6	<p><b>Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR-07)</b>, com vigência anual, contendo planejamento, cronograma e relatórios de acompanhamento. O PCMSO tem vigência anual e deve ser revisado e atualizado sempre que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Houver alteração nos riscos ocupacionais;</li><li>- Mudança de processos, layout ou atividades;</li><li>- Ocorrerem agravos à saúde relacionados ao trabalho;</li><li>- Encerramento do ciclo anual</li></ul> <p><b>Médico responsável deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).</b></p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Saúde)</b></p>	R\$ 2.108,48
7	<p><b>Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR-09)</b>, com identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. A elaboração do PGR deve seguir um ciclo de gestão de riscos (PDCA) — Planejar, Fazer, Checar e Agir — conforme a NR-01.</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto com pós-graduação reconhecida pelo MEC em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro regular no CREA (ou CAU, conforme o caso)</p> <p><b>(Para servidores da Prefeitura Municipal)</b></p>	R\$ 2.400,00
8	<p><b>Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR-09)</b>, com identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. A elaboração do PGR deve seguir um ciclo de gestão de riscos (PDCA) — Planejar, Fazer, Checar e Agir — conforme a NR-01.</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto com pós-graduação reconhecida pelo MEC em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro regular no CREA (ou CAU, conforme o caso)</p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Assistência Social)</b></p>	R\$ 1.775,00
9	<p><b>Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR-09)</b>, com identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. A elaboração do PGR deve seguir um ciclo de gestão de riscos (PDCA) — Planejar, Fazer, Checar e Agir — conforme a NR-01</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto com pós-graduação reconhecida pelo MEC em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro regular no CREA (ou CAU, conforme o caso)</p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Educação)</b></p>	R\$ 2.025,00
10	<p><b>Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR-09)</b>, com identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. A elaboração do PGR deve seguir um ciclo de gestão de riscos (PDCA) — Planejar, Fazer, Checar e Agir — conforme a NR-01</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto com pós-graduação reconhecida pelo MEC em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro regular no CREA (ou CAU, conforme o caso)</p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Saúde)</b></p>	R\$ 2.150,00
11	<p><b>Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)</b>, com vigência de 02 anos, elaborado e assinado por engenheiro de segurança do trabalho em conformidade com a legislação vigente no ato da elaboração.</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe.</p> <p><b>(Para servidores da Prefeitura Municipal)</b></p>	R\$ 3.810,88
12	<p><b>Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)</b>, com vigência de 02 anos, elaborado e assinado por engenheiro de segurança do trabalho em conformidade com a legislação vigente no ato da elaboração.</p> <p><b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe.</p> <p><b>(Para servidores do Fundo Municipal de Assistência Social)</b></p>	R\$ 2.810,88



13	<b>Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)</b> , com vigência de 02 anos, elaborado e assinado por engenheiro de segurança do trabalho em conformidade com a legislação vigente no ato da elaboração. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Educação)</b>	R\$ 2.814,50
14	<b>Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)</b> , com vigência de 02 anos, elaborado e assinado por engenheiro de segurança do trabalho em conformidade com a legislação vigente no ato da elaboração. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Saúde)</b>	R\$ 3.860,88
15	<b>Laudos de Insalubridade e Periculosidade (NR15 e NR-16)</b> , com respectivas medições e avaliações ambientais. Deverão ser elaborados em conformidade com a Portaria nº 3.214/1978 (Ministério do Trabalho e Emprego), sendo eles documentos técnicos, legais e obrigatórios que servem para caracterizar e quantificar as condições de trabalho que podem gerar direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores da Prefeitura Municipal)</b>	R\$ 3.533,33
16	<b>Laudos de Insalubridade e Periculosidade (NR15 e NR-16)</b> , com respectivas medições e avaliações ambientais. Deverão ser elaborados em conformidade com a Portaria nº 3.214/1978 (Ministério do Trabalho e Emprego), sendo eles documentos técnicos, legais e obrigatórios que servem para caracterizar e quantificar as condições de trabalho que podem gerar direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Assistência Social)</b>	R\$ 3.025,00
17	<b>Laudos de Insalubridade e Periculosidade (NR15 e NR-16)</b> , com respectivas medições e avaliações ambientais. Deverão ser elaborados em conformidade com a Portaria nº 3.214/1978 (Ministério do Trabalho e Emprego), sendo eles documentos técnicos, legais e obrigatórios que servem para caracterizar e quantificar as condições de trabalho que podem gerar direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Educação)</b>	R\$ 3.275,00
18	<b>Laudos de Insalubridade e Periculosidade (NR15 e NR-16)</b> , com respectivas medições e avaliações ambientais. Deverão ser elaborados em conformidade com a Portaria nº 3.214/1978 (Ministério do Trabalho e Emprego), sendo eles documentos técnicos, legais e obrigatórios que servem para caracterizar e quantificar as condições de trabalho que podem gerar direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade. <b>Responsável Técnico:</b> Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, com registro junto aos respectivos conselhos de classe. <b>(Para servidores do Fundo Municipal de Saúde)</b>	R\$ 4.000,00
19	<b>PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO-PPP</b> - Prestação de serviço especializado para elaboração, atualização e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, individualizado por servidor/empregado, conforme exigências da Lei nº 8.213/1991, Instruções Normativas do INSS e exigências do e-social.	R\$ 49,75

O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS - SESI/DR-TO - Nome de Fantasia: SESI, inscrita no CNPJ Nº03.777.433/0001-46, estar apto a se credenciar no Chamamento Público nº001/2025/PMCO/TO, em consonância com o inciso IV, art. 74 e o art. 79 da Lei Nº14.133, de 2021, Decreto Nº11.878/2024, Decreto Municipal Nº07, de 31 de janeiro de 2024, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie. A Comissão de Contratação informa ainda, que os autos do processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

**Colinas do Tocantins/TO, aos vinte (20) dias do mês de março de 2026.**

**Luziene Bandeira da Costa Santos**  
**Presidente da Comissão de Contratação**



do Código de Verificação: **Tipo de Acesso: 1002 e Chave: MAT-3656e4-20032026170524**